



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – DEC
LICENCIATURA EM PEDAGÓGIA – ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO

**GESTÃO NA ESCOLA QUILOMBOLA PROFESSORA ANTÔNIA DO SOCORRO
SILVA MACHADO: A FALA DE SEUS GESTORES SOBRE O PROCESSO DE
AVALIAÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE**

MICHELINE SHEILA LIMA NUNES
Orientadora: Francisca Alexandre de Lima

JOÃO PESSOA – PB
2017

MICHELINE SHEILA LIMA NUNES

**GESTÃO NA ESCOLA QUILOMBOLA PROFESSORA ANTÔNIA DO SOCORRO
SILVA MACHADO: A FALA DE SEUS GESTORES SOBRE O PROCESSO DE
AVALIAÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia à banca examinadora no Curso Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Francisca Alexandre de Lima

JOÃO PESSOA - PB
2017

N972g Nunes, Micheline Sheila Lima.

Gestão na escola quilombola professora Antônia do Socorro Silva Machado: a fala de seus gestores sobre o processo de avaliação e atuação do conselho de classe / Micheline Sheila Lima Nunes. – João Pessoa: UFPB, 2017.
44f.

Orientadora: Francisca Alexandre de Lima
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Gestão democrática. 2. Conselho de classe. 3. Avaliação escolar. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.09(043.2)

MICHELINE SHEILA LIMA NUNES

**GESTÃO NA ESCOLA QUILOMBOLA PROFESSORA ANTÔNIA DO SOCORRO
SILVA MACHADO: A FALA DE SEUS GESTORES SOBRE O PROCESSO DE
AVALIAÇÃO E ATUAÇÃO DO CONSELHO DE CLASSE**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Pedagogia - Área de
Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba,
Campus I, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de
LICENCIADO EM PEDAGOGIA.

Assinatura do autor: Micheline Sheila Lima Nunes

Micheline Sheila Lima Nunes

Aprovado em 08 de junho de 2017.

Banca Examinadora

Francisca Alexandre de Lima

Orientador: Prof.^a Francisca Alexandre de Lima

Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Prof.^a Ana Paula Romão

Ricardo de Carvalho Costa

Prof.^o Ricardo Carvalho Costa

*Aos amigos, colegas e professores, minha
eterna gratidão por compartilhar comigo
seus conhecimentos.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus que iluminou meu caminho durante esta longa Caminhada.

Aos meus pais e minha filha que me compreenderam nesta etapa da minha vida, pois se hoje estou aqui foi pelo apoio que me proporcionaram.

Ao meu irmão, Ítalo Euller pelo tempo e paciência dedicado a mim, na elaboração do TCC.

À professora Francisca Alexandre de Lima, que me orientou durante a trajetória do TCC.

E por fim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objeto de estudo escutar cinco gestores (professores e equipe técnica) na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado, localizada na rua Jacarandá nº 277, Sítio Paratibe João Pessoa – PB, acerca da contribuição do Conselho de Classe para construção da gestão democrática. Acreditando na avaliação do conselho de classe no processo ensino-aprendizagem como um instrumento importante que possibilita ao professor refletir sua prática, por meio dos avanços e dificuldades de aprendizagem dos alunos. Procuramos, no referencial teórico, entender a organização e o funcionamento do Conselho de Classe nas escolas do campo e a sua contribuição para a gestão democrática. A partir da fala dos sujeitos da pesquisa verificar práticas avaliativas dos professores e corpo técnico da instituição. Os dados foram construídos por meio de um questionário aplicado com os professores e equipe pedagógica (gestora e orientadora) buscando entender o funcionamento e sentido do Conselho de Classe; além de contar com uma pesquisa documental sobre a legislação que regulamenta a escola estudada, visando a compreensão das normas de funcionamento do Conselho de Classe e as orientações para as práticas avaliativas no projeto pedagógico da escola. As falas dos sujeitos da pesquisa revelam contradições acerca das práticas avaliativas desenvolvidas pelo conselho de classe e apontam a necessidade de se trabalhar dentro de uma perspectiva coletiva de processos de tomada de decisão. A conclusão do trabalho ressalta, assim, a importância do Conselho de Classe, por entendê-lo como espaço para os educadores refletirem a prática pedagógica na aprendizagem dos estudantes.

Palavras chave: Gestão Democrática; Conselho de Classe; Avaliação Escolar.

ABSTRACT

This study had the objective of studying five managers (teachers and technical staff) at the Municipal School Professor Antonia do Socorro Silva Machado, located at 277 Jacarandá Street, Sitio Paratibe João Pessoa - PB, about the contribution of the Class Council for the construction of Democratic management. Believing in the evaluation of the class council in the teaching-learning process as an important instrument that allows the teacher to reflect their practice, through the advances and difficulties of students learning. We seek, in the theoretical framework, to understand the organization and functioning of the Class Council in rural schools and their contribution to democratic management. From the talk of the research subjects verify the evaluative practices of the teachers and technical staff of the institution. The data were constructed through a questionnaire applied with the teachers and pedagogical team (manager and counselor) seeking to understand the functioning and direction of the Class Council; Besides having a documentary research on the legislation that regulates the studied school, aiming at the understanding of the norms of operation of the Class Council and the orientations for the evaluation practices in the pedagogical project of the school. The speeches of the research subjects reveal contradictions about the evaluation practices developed by the class council and point out the need to work within a collective perspective of decision making processes. The conclusion of the work thus highlights the importance of the Class Council, as understanding it as a space for educators to reflect the pedagogical practice in student learning.

Keywords: Democratic management; Class council; School evaluation

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2.GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO DE CLASSE	11
3.CONSELHO DE CLASSE	12
3.1.Percurso histórico do Conselho de Classe	13
3.2.O Conselho de Classe e sua relevância	16
3.3.O Conselho de Classe e o Projeto Político Pedagógico	17
3.4.Avaliação e Conselho de Classe	18
4.A ESCOLA DO CAMPO E O CONSELHO DE CLASSE	21
4.1.As características da Escola do Campo	23
5.TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	29
5.1.Caracterização da unidade escolar	30
5.2.A estrutura física e humana da instituição escolar	30
5.3.O Projeto Político Pedagógico da Escola	31
6.A PESQUISA DE CAMPO.....	33
6.1.Apresentação e análise da pesquisa de campo.....	33
7.CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso aborda a **Gestão na Escola Quilombola Professora Antônia do Socorro Silva Machado: a fala de seus gestores sobre o processo de avaliação e atuação do Conselho de Classe**. A gestão democrática é uma maneira de conduzir o fazer político, e que os objetivos, as ações, os atos, os compromissos e os princípios são decididos e assumidos coletivamente por todos os participantes do sistema educacional, determinados a criar um consistente processo de aprendizagem e autonomia. Nesse sentido, o **Conselho de Classe** é um dos vários mecanismos que compõe a gestão democrática na instituição escolar. Um órgão colegiado, consultivo e deliberativo no que se refere a assuntos didático-pedagógicos, estabelecido no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar.

O Conselho de Classe encontra-se como um dos eixos para a realização de uma gestão escolar democrática. Entendemos que a existência dos conselhos escolares é requisito essencial para a construção da gestão democrática nas instituições educacionais. Com base nesse contexto, a pesquisa possui grande relevância, ao buscar investigar teoricamente respostas para o problema em questão “Qual a contribuição do Conselho de Classe no processo de construção da gestão democrática na escola do campo”? O estudo se reportou à fala da gestora, de sua orientadora e de três professores (Matemática, física e geografia), confrontando-as as prerrogativas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola. O foco no PPP teve como intuito analisar se o Conselho de Classe compõe instância de desenvolvimento da gestão numa perspectiva democrática.

O tema em questão foi escolhido a partir de reflexões realizadas ao longo do curso de pedagogia, o qual ganhou destaque a partir das discussões estabelecidas acerca do atual sistema educacional e dos seus problemas conjunturais e estruturais.

A importância de tal temática consiste no fato de que a gestão democrática da escola e a participação de todos os agentes na dinâmica escolar (Professores, supervisores e o líder de classe (representante ou vice representante), são elementos determinantes para a qualidade social da educação, que deve formar indivíduos críticos e criativos, preparados para o pleno exercício da cidadania.

Para o desenvolvimento do trabalho em questão, será utilizada a pesquisa do tipo qualitativa e exploratória a ser realizada em uma escola do campo: Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado, localizada na rua Jacarandá nº 277, Sítio Paratibe João Pessoa - PB. No que tange as técnicas de pesquisa, aplicamos questionários com gestores,

professores, especialistas da área, cuja sistematização será demonstrada mas adiante, a partir das respostas obtidas no questionário.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSELHO DE CLASSE

Entendemos que a gestão democrática é uma maneira de conduzir o fazer político, em que os objetivos, as ações, os atos, os compromissos e os princípios são decididos e assumidos coletivamente por todos os participantes do sistema educacional, determinados a criar um consistente processo de aprendizagem e autonomia. Para Dalben (1995), a função principal é descentralizar o poder através da participação de toda a comunidade escolar. Nessa perspectiva professores, funcionários, pais e alunos contribuem de forma efetiva para a construção do Projeto Político Pedagógico de maneira a atender as necessidades específicas de sua comunidade, visando garantir a permanência dos alunos na unidade escolar.

A gestão democrática está normatizada na Constituição Federal de 1988:

- Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB – nº 9394/96:

- Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

De modo que gestão democrática é um mecanismo transformador na educação, deve ser baseada na realidade da escola, fundamentada no respeito as opiniões e diferenças, comprometida com a melhoria do ensino aprendizagem escolar e de extremo valor para a formação da cidadania.

Nesse sentido, o processo de gestão democrática, o Conselho de Classe é essencial, pois [...] “guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar” (DALBEN, 1995, p. 16).

O processo de gestão democrática só se legitima a partir da participação efetiva dos pais, alunos, professores, gestores e funcionários da escola, nas tomadas de decisões e na organização do trabalho escolar. É importante que todos os integrantes da comunidade escolar, se reconheçam no processo de construção do saber, com a intencionalidade de conhecer, entender, fiscalizar e contribuir com os objetivos, com a organização e a dinâmica da escola.

Desse modo, o Conselho de Classe é um espaço de discursão, construção e avaliação das práticas pedagógicas, constituído com base na gestão democrática, a partir da participação efetiva dos professores, gestores e especialistas da área, todos comprometidos com o processo de aprendizagem.

3. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo no que se refere a assuntos didático-pedagógicos, estabelecido no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar. Deve estar pautado no conhecimento do aluno, do processo ensino-aprendizagem, do conteúdo específico e do próprio docente. Mais que isso, ele “guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar” (DALBEM, 1995, p. 16).

Para Rocha (1982), o Conselho de Classe é um espaço que possibilita a análise do desempenho do aluno e até mesmo da escola de forma coletiva propondo ações e intervenções para melhorar a aprendizagem do aluno e da própria prática do professor.

Nessa mesma direção de pensamento Cruz (2005), afirma que o conselho de classe é um espaço de avaliação diagnóstica da atuação educativa da escola, através dos professores e alunos, junto ao Projeto Político Pedagógico.

O Conselho de Classe é um momento para reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é possibilitar uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, criando assim uma oportunidade de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado, facilitando a tomada de decisão para uma nova prática pedagógica, propondo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma ou aluno. O Conselho de Classe, viabiliza avaliações mais completas sobre a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos; permite a compreensão dos fatos com a exposição de diversos pontos de vista; facilita a avaliação da eficiência dos métodos utilizados; oportuniza a análise do currículo; favorece a troca de ideias para tomada de decisões norteadas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem; auxilia a integração entre professores.

Os conselhos reafirmam, tanto nos aparatos legais como nas práticas vinculadas a sua função e atuação, a gestão democrática nas escolas públicas que tem no estabelecimento de seus mecanismos legais a participação política da população como um de seus pilares, ou seja, a participação da comunidade que é tida como condição à democratização (RISCAL, 2010). Destaca-se que a gestão escolar assumiu a necessidade de democratizar as deliberações na escola, com o propósito de aprimorar suas relações (LIBÂNEO, 2002). Esta perspectiva, mais democrática, sugere a necessidade de participação coletiva dos diferentes segmentos da escola, por meio de colegiados.

O Conselho de Classe é uma instância de suma importância para a avaliação metodológica do ensino-aprendizagem da escola. Sua formação é composta por gestores, professores e especialistas da área. O Conselho de Classe desempenha o papel de avaliação dos alunos e de auto-avaliação de suas práticas, e do processo de aprendizagem escolar, com o objetivo de diagnosticar a razão das dificuldades dos alunos, e apontar as mudanças necessárias nos andamentos pedagógicos para superar tais dificuldades. Sendo um lugar de reflexão séria e rigorosa, onde é incentivada a discussão coletiva, a reflexão e o estudo, que darão suporte à busca de alternativas válidas, que, de fato, vão interferir na mudança da realidade. Portanto, o Conselho de Classe deve ser visto junto à comunidade geral como um mecanismo indispensável na proposta educativa escolar e seus encaminhamentos realizados para combater eventuais problemas e desafios que encontram no desenvolvimento da educação escolar.

O Conselho de Classe deve ser entendido como instrumento de transformação educacional, gerador de ideias na questão didático-pedagógico, capaz de promover a aprendizagem dos alunos, mas também de provocar uma reflexão da própria prática do professor, possibilitando através de um novo olhar pedagógico, a construção de novas teorias e práticas pedagógicas.

Ressalta-se que o aluno “[...] será o motor do processo de avaliação, isto é, agente de realimentação, já que a avaliação coloca-se em face de uma dinâmica que envolve o próprio professor. [...] a avaliação do aluno não se restringe ao eixo professor/aluno na qual apenas o estudante é avaliado. [...] O professor ao avaliar o aluno, se autoavalia, diagnostica a situação ensino-aprendizagem e colhe elementos para seu autoaperfeiçoamento. [...] Isto é, o processo de avaliação do aluno dá subsídios para construir o processo de avaliação do professor num constante movimento de inter-relações” (DALBEN, 2006, p. 28 e 29).

[...] um novo Conselho de Classe só é possível de ser efetivado quando os sujeitos que o integram apoderam-se, conscientemente, dele, colocando-o a serviço de seus propósitos, articulando-o com um Projeto Político Pedagógico comum (Dalben, 2006, p. 59).

Nessa perspectiva de apoderação e conscientização dos propósitos do Projeto Político Pedagógico, estão inseridos como sujeito os professores, alunos, gestores, supervisores e orientares educacionais.

O Conselho de Classe pode ser um dos espaços mais ricos de transformação da prática pedagógica, uma reunião avaliativa que deverá refletir, analisar e apontar encaminhamentos acerca do processo ensino-aprendizagem, levantando possibilidades de mudanças do desempenho/sucesso do aluno.

3.1. Percurso histórico do Conselho de Classe

Os estudos de Dalben (2006), demonstram que o Conselho de Classe surgiu na França, em 1945, com o objetivo de organizar um sistema escolar democrático, constituído na observação sistemática e contínua dos alunos, com a intenção de orientá-los para o acesso ao ensino Clássico ou técnico, de acordo com suas aptidões.

Por ocasião da reforma de ensino francesa de 1959, foram instituídos três tipos de conselho: o Conselho de Classe, no âmbito da turma; o Conselho de Orientação, no âmbito do estabelecimento; e o Conselho Departamental de Orientação, em esfera mais ampla. Essa reforma almejava declaradamente organizar um sistema escolar fundado na observação sistemática e contínua dos alunos, com vistas a oferecer, a cada um, o ensino que corresponda aos seus gostos e aptidões. [...] Os pareceres desse Conselho de Classe serviriam para orientar o acesso às diversas modalidades de ensino (clássico e ou técnico) conforme as aptidões” e, caráter” aí observados (DALBEN, 2006, p. 22).

Alguns educadores brasileiros que estagiavam na França em 1958, trouxeram para o Brasil, as primeiras ideias do Conselho de Classe, que passaram a ser implantadas nas organizações escolares, inicialmente no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1959, e que também teve influência do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), o qual defendia uma organização que visa a valorização do trabalho coletivo, a discussão e novos métodos. Alguns elementos que:

[...] apontam para início da valorização das ideias de atendimento individualizado, de estudos em grupos e, especificamente de reunião de profissionais para discussão de um determinado tipo de atendimento ao alunado (DALBEN, 2006, p. 23).

Na concepção da nova escola, que tem como base o atendimento individualizado, o estudo em grupo, as discussões e criações de métodos, porém nesse momento, o Conselho de Classe ainda não tinha um colegiado formalmente instituído.

No Brasil, os Conselhos de Classe só foram instituídos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº5.692/71, e tem em suas diretrizes de operacionalização, um propósito tecnicista, que tinha como objetivo principal transformar o estudante em um indivíduo treinável, instruído e competitivo com base nos fundamentos capitalista.

Na década de 1960, no Brasil, se forma uma nova perspectiva educacional, a partir da substituição do ideário pedagógico europeu pela interferência americana no acordo estabelecido entre o Ministério da Educação e Cultura – MEC e a Agencia Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional – USAID, pretendia prestar serviço de consultoria, objetivando o planejamento secundário em todas as esferas: Federal, Estadual e Municipal. Daí surgiu o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEX, regulamentado pelo decreto nº

63.914, de 27/12/1968, que definia normas legais para a estrutura e funcionamento para o ensino de 1º e 2º graus (nomenclatura do ensino médio na época) e o Conselho de Classe como órgão constituinte da escola. Porém, não era clara na sua execução.

“Essas orientações apresentavam uma relativa “abertura” às escolas, havendo, no entanto, pouca clareza quanto à forma de execução”. (DALBEN, 2006, p. 26). Dentre as orientações, é papel do professor, no processo de recuperação e rendimento escolar, avaliar o aluno, se autoavaliar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem escolar, buscando a participação do aluno de forma a estimular a reflexão, a responsabilidade e a autoconfiança pelo seu aprendizado.

No entanto, ao implantar a lei 5692/71, que estruturava o sistema educacional, era movida por um clima político de autoritarismo, que excluiu a participação de setores característicos da sociedade, comprometendo o objetivo principal do Conselho de Classe, que é de proporcionar a articulação coletiva dos profissionais num processo de análise compartilhada, no que se refere as questões pedagógicas. Tal concepção segue o pensamento de Dalbem:

O Conselho de Classe, como uma instância coletiva de avaliação do processo de ensino e aprendizagem, reflete essas concepções, assim como as limitações e contradições próprias a elas, já que o posicionamento dos profissionais é que dará seu contorno político. No contexto (...), o Conselho de Classe não conseguirá desempenhar seu papel original de mobilizar a avaliação escolar no intuito de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola, e especialmente, de congregar esforços no sentido de alterar o rumo dos acontecimentos, por meio de um projeto pedagógico que visa ao sucesso de todos. (DALBEN, 2004, p. 38).

Ao longo do tempo, a perspectiva coletiva no processo educativo e da construção do conhecimento dão origem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB - nº 9394/96, concebida nos princípios democráticos, com políticas voltadas para o social. Os trabalhos pedagógicos são traçados coletivamente pela comunidade escolar numa perspectiva democrática. Assim o conselho de classe torna-se um órgão colegiado que constitui a gestão democrática da escola pública.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - nº 9394/96, Art.14 especifica os princípios norteadores para educação:

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as formas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico/PPP da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como podemos perceber a orientação é de construção de uma gestão democrática, sendo a participação da comunidade escolar de grande importância. A realidade da escola será então, o norte para o processo de tomadas de decisões.

3.2. O Conselho de Classe e sua relevância

O Conselho de Classe é uma instância coletiva de avaliação do aluno, onde os professores se reúnem após um período de aprendizagem para avaliar coletivamente o desenvolvimento do aluno, assim como o processo de ensino aprendizagem que foi vivenciado. Deste modo não se avalia apenas o aluno, mas também as práticas pedagógicas que os professores desenvolveram.

Dalben (2004, p. 69), enfatiza que “[...] quando se discute o Conselho de Classe, discutem-se também as concepções de avaliação escolar presentes nas práticas dos professores e discutem-se também a cultura escolar e a cultura da escola que as vem produzindo”.

A diferença do conselho de classe para outros é justamente por ser um órgão colegiado de discussão, composto por professores, diretor, coordenador e orientador escolar. Outra característica importante deste conselho é o aluno e o processo educativo vivido por ele. Estes são centros privilegiados nas discussões, em seguida o trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor, que é visto como objeto de reflexão em função dos objetivos levantados e das atividades propostas.

De acordo com Rocha (1982), o Conselho de Classe é um espaço que possibilita a análise do desempenho do aluno e até mesmo da escola de forma coletiva, propondo ações e intervenções para melhorar a aprendizagem do aluno e da própria prática do professor. Mas para a autora a grande parte das escolas, veem o Conselho de Classe somente como um momento de aprovação e reprovação. E acabam se esquecendo de fazer o acompanhamento no processo ensino aprendizagem. A cada indivíduo envolvido cabe contribuir para transformar e redirecionar a prática pedagógica. Para a ela, não deve somente ser utilizado como a hora de entregar notas dos alunos à coordenação, mas um lugar em que se deve procurar discutir novas possibilidades que possam interferir na prática educativa propostas no Projeto Político-Pedagógico.

As reuniões do Conselho de Classe são realizadas a cada bimestre ou trimestre, a equipe gestora e o corpo docente das escolas se reúnem para discutir as dificuldades dos alunos, avaliar as práticas dos professores e da gestão da instituição. É um momento de diálogo, de troca de experiências e saberes, em que se percebe os avanços e as dificuldades dos alunos. Quando ele é implantado e vivido de acordo com suas características já mencionadas, ele resulta em diversas vantagens, tais como: a avaliação completa da aprendizagem dos alunos e da eficiência dos métodos utilizados; permite uma análise do currículo; possibilita a troca de ideias para a tomada de decisões, visando a melhoria do processo educacional; promove a integração dos professores. A aprendizagem deve ser construída de forma cumulativa, contínua e permanente.

O Conselho de Classe é o momento de avaliação processual e avaliação da escola como um todo e não apenas do aluno. É um processo que deve ser pensado em buscar as relações que contribuem para a aprendizagem, mas principalmente para as que provocam o fracasso escolar, pois muitas vezes as dificuldades de aprendizagem do aluno, está relacionado com as didáticas e os procedimentos que a escola adota.

3.3.O Conselho de Classe e o Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico se constitui numa perspectiva coletiva, relacionando intencionalidade, efetividade e possibilidade. Ele deve ser construído, executado e avaliado coletivamente pelos membros da comunidade escolar (professores, alunos, funcionários, pais e representantes da comunidade) no exercício de práxis, comprometidos com o desenvolvimento do processo pedagógico, com a construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais. (LIBÂNEO, 2006, p. 328).

O Projeto Político Pedagógico redefine as relações sociais no ambiente escolar, abre espaços para as práticas democráticas e promove a integração social. Deve analisar e discutir os problemas da escola sob uma avaliação constante das práticas pedagógicas analisadas pelos membros da comunidade escolar em função da cidadania. Nesse sentido, o Conselho de Classe deve estar a serviço do Projeto Político Pedagógico, Traz elementos para que se possa planejar e replanejar estratégias de ensino aprendizagem, tentando garantir que todos aprendam.

Conforme Veiga (1995) e Cruz (2005), Conselho de Classe e Projeto Político Pedagógico devem andar juntos ou fazerem parte de um mesmo processo, um caminho que tem um objetivo comum a ser alcançado: o processo ensino-aprendizagem, bem como os procedimentos da organização escolar e ensino.

Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino. O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino-aprendizagem (PARANÁ, 2008, p.14).

No processo de avaliação que se desenvolve no conselho de classe, acontece na instituição escolar como um todo, expondo os objetivos da escola proposto no Projeto Político Pedagógico.

Para Savani (1983), o eixo central do projeto político-pedagógico é ser um instrumento de luta contra a seletividade, a discriminação, a exclusão e o rebaixamento do ensino das camadas populares. É dentro dessa concepção que se fundam os objetivos do Conselho de Classe.

3.4.Avaliação e Conselho de Classe

A finalidade da avaliação é analisar, se os objetivos educacionais, desenvolvido no espaço escolar, vêm sendo alcançados. A avaliação reflete a ideia de aprovação e reprovação. Compete ao Conselho de Classe decidir se o estudante tem competência para avançar a série seguinte ou se deve ser retido. Nesse sentido:

A avaliação não é um processo meramente técnico; implica uma postura política e inclui valores e princípios, refletindo uma concepção de educação, escola e sociedade. Repensar os fundamentos que norteiam as teorias avaliativas implica desvendar as ideologias em que se apoiam, na perspectiva de sua superação (Sousa, 1991, p. 45-46).

Normalmente, a avaliação na escola é feita por meio classificatório, utilizando números, que geram médias, e classifica o desempenho do aluno em níveis inferior, médio e superior. Esta forma tradicional de avaliação funciona como julgamento do desenvolvimento do aluno e precisa ser reavaliada.

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento; com função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para autonomia, do crescimento para a competência etc. Como diagnóstica, ela será um momento dialético de “senso” do estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva que está colocada como ponto a ser atingido à frente. A função classificatória subtrai da prática da avaliação aquilo que lhe é

constitutivo: obrigatoriedade de tomada de decisão quanto à ação, quando ela está avaliando ação. (LUCKESI, 2009, p. 35).

Para Garcia et al (1977), avaliar não é simplesmente dar notas ou calcular o índice de aprovação e evasão escolar, pois “o importante é medir os resultados do ato de ensinar naquele que aprende e naquilo que consideram importante ser aprendido, ou antes, memorizado”.

O processo avaliativo deve ser entendido como prática que contribui para a qualidade dos resultados da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes. Desta maneira a avaliação assume três funções: Diagnóstica, formativa e somativa.

Segundo Sousa (1991, p.37), a avaliação diagnóstica visa à caracterização do aluno, por meio, de “interesses, necessidades, conhecimentos e ou habilidades, previstos pelos objetivos educacionais propostos, e à identificação de causas de dificuldades de aprendizagem”. A avaliação deve ser instrumento que valoriza os resultados obtidos, auxiliando o aluno no processo da autonomia.

A avaliação diagnóstica, enquanto instrumento de investigação do professor, analisa a aprendizagem do aluno por meio do que ele sabe e o que precisa saber, caracterizando suas principais causas.

A **avaliação formativa**, segundo Sousa (1991), tem como finalidade compreender o desenvolvimento e o aprendizado do aluno por meio de uma atividade que lhe foi proposta.

A função da avaliação formativa numa perspectiva mais restrita seria: (1) recolher informações nos objetivos, utilizando instrumentos válidos e precisos; (2) interpretar as informações recolhidas com base em critérios preestabelecidos, identificando objetivos atingidos e não atingidos; (3) planejar atividades de recuperação para os alunos que não atingiram os critérios estabelecidos. (SOUSA, 1991, p.67).

A avaliação formativa refere-se a evolução do aluno mediante os objetivos propostos, para isto é realizado exames após cada proposta de estudo. É a fase em que o professor avalia se o aluno conseguiu chegar aos objetivos esperados, analisando os resultados nas atividades (informações, habilidades e atitudes).

“a avaliação assume sua dimensão orientadora, criando condições para recuperação paralela e orientando o estudo contínuo e sistemático do aluno, para que sua aprendizagem possa avançar em direção aos objetivos propostos”. (HAYDT, 1988, p. 21).

Na concepção de Sousa (1991), a avaliação **somativa**, por fim, mostra o rendimento do aluno por meio de um levantamento de dados generalizados ao final de cada período de aprendizagem, o que permite classificar o nível de aprendizagem de cada indivíduo e verificar se os objetivos planejados foram alcançados.

A avaliação somativa se constitui no processo de classificação do aluno, onde ele é avaliado ao final de cada bimestre, durante todo o ano letivo, através de trabalhos, provas e atividades em sala de aula, gerando notas e conceitos para conduzir a série seguinte.

No Processo avaliativo, o professor deve atentar para o que o aluno aprendeu ou não, observar o que foi superado e refletir seu trabalho como um todo (atividades, métodos, recurso, técnicas e procedimentos), afim de perceber se estão contribuindo para aprendizagem do estudante.

Sant'Anna (1995) afirma que é importante oferecer ao aluno a oportunidade de avaliar, não só a si mesmo, mas também o trabalho do professor e as suas avaliações desenvolvidas, o que possibilita aos educandos analisarem suas aprendizagens e verificar a qualidade das suas aulas.

Para Sousa (1991), o Conselho de Classe, sendo uma perspectiva de avaliação deve ser remetido a uma prática de trabalho coletivo dirigido por uma proposta frequente de trabalho que, muitas vezes, é inexistente no âmbito escolar. A avaliação praticada dentro da sala de aula e a avaliação debatida no Conselho de Classe devem estar ligadas e planejadas com o objetivo de mudar a forma de avaliar modificando a relação ensino aprendizagem para promover a inclusão e a melhoria da qualidade da aprendizagem.

No processo da avaliação, o Conselho de Classe participativo se divide em três etapas: Pré-conselho, Conselho de Classe Ampliado e Pós Conselho. A primeira etapa é o Pré-conselho – corresponde a coordenação pedagógica, são ações da equipe pedagógica conjunta com cada turma, para diagnosticar as dificuldades e as ações que contribuem para a evolução da aprendizagem. Nesta etapa possui quatro aspectos que devem ser analisados: o diagnóstico da turma, o rendimento da turma, a atuação das equipes docentes e gestora, e as metas ou combinados. o ponto de partida para uma avaliação é o diagnóstico da turma – deverá levar em consideração a postura, a atitude, o rendimento pedagógico, e os resultado obtidos pelos alunos individualmente; o rendimento da turma – é o comprometimento, a participação e o rendimento da classe, são alguns itens para direcionar a avaliação da turma; a atuação da equipe docente e a equipe gestora – está relacionada a organização do espaço da sala de aula, a metodologia utilizada, as atividades e a relação professor-aluno, deverão ser propostas a ser apreciada pela turma; em seguida as metas ou combinados – debater propostas para aplicação de possíveis mudanças.

Após essa avaliação, a escola deverá direcionar seu olhar para a família, propondo aos pais ou responsáveis, formulários com aspectos pedagógicos relacionados especificamente a aprendizagem do aluno, afim de estabelecer um diálogo com família e consequentemente sua participação na escola, e assim, contribuir para a aprendizagem dos alunos. No formulário a escola deve buscar a visão dos pais no que se refere ao: interesse pelos estudos; relacionamento com os professores, equipe pedagógica e colegas; grau de dificuldade para acompanhamento

dos estudos; potencialidades e transformações identificadas; condições, tempos e espaços para o estudo, dentre outros aspectos.

A pauta para o conselho de classe deverá ser construída com base na análise obtida da turma e as informações fornecidas pelos pais. Isso resultará em uma reflexão coletiva entre os membros do conselho.

É dever da coordenação pedagógica solicitar previamente aos docentes um diagnóstico da turma, que identifique as fraquezas e as potencialidades que afetam a evolução do processo ensino-aprendizagem, propondo propostas a serem debatidas coletivamente.

A segunda etapa é o Conselho de Classe Ampliado – trata-se das reuniões, composta por gestores, docentes pais e alunos. É função da coordenação pedagógica, elaborar tanto o calendário do conselho de classe na instituição escolar, como a pauta de cada turma, levando em consideração as informações obtidas na fase do pré-conselho.

É responsabilidade da coordenação pedagógica, conduzir o Conselho de Classe, de forma a garantir a democracia nos diálogos entre pais, professores e alunos; estabelecer critérios para que o conselho seja proveitoso; determinar as possíveis modificações, registradas e assinadas em ata. Esta deve conter toda a discussão do conselho, direcionamentos e ações adotadas para solucionar os problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem em questão.

A terceira etapa é o Pós-conselho – são as reflexões e ações. É nesta fase que o profissional educacional se encontra no processo de reflexão e auto-avaliação, analisa a ata do conselho e redireciona sua prática, visando a evolução da aprendizagem do estudante.

O Conselho de Classe deve ser pautado no respeito e na ética, referente as questões individuais e coletivas entre professor e aluno, guardar de forma sigilosa e profissional as questões discutidas na reunião. O Conselho de Classe na escola do campo tem a mesma estrutura que da escola urbana, porém, é mais acentuado com relação a formação humana, devido as especificidades da educação do campo.

4. A ESCOLA DO CAMPO E O CONSELHO DE CLASSE

A Escola do Campo nasceu e se desenvolveu dos movimentos da Educação do Campo, a partir das lutas sociais camponeses em busca de terra e educação. Surge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do campo. A garantia do direito a escolarização para os sujeitos do campo e o acesso ao conhecimento são frutos desta luta. A concepção de Escola do Campo se inclui na perspectiva de formação humana.

O decreto nº 7352- 2010, que institui a Política Nacional de Educação do Campo, art. 1º sobre o que são escolas do campo, estabelece que:

Escola do campo é aquela situada em área rural, conforme definida pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda a população do campo (Brasil, 2010).

Diante do exposto, compreende-se que a identidade da escola o campo, vai além do espaço geográfico, e se estende a identidade aos espaços de reprodução social, levando em consideração o modo de vida e trabalho, dos sujeitos que adotam em seus processos educativos e oferta escolarização nos diferentes níveis. Sobre esse aspecto Caldart argumenta:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva sinaliza frutos, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Brasil, 2001).

Deste modo a escola do campo deve ser constituída a partir do campo para o campo. Logo, os sujeitos do campo correspondem aos trabalhadores do campo, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, indígenas.

O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem- terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas (CALDART, 2002, p.21).

Assim, a formação dos sujeitos do campo deve ser construída a partir da sua realidade, considerando seu modo de vida e suas vivências, com projetos específicos que contemplem a população do campo. Molina e Sá, 2001 Explicam que:

A intencionalidade de um projeto de formação de sujeitos que percebam criticamente as escolhas e premissas socialmente aceitas, e que sejam capazes de formular alternativas de um projeto político, atribui à escola do campo uma importante contribuição no processo mais amplo de transformação social. Ela se coloca o desafio de conceber e desenvolver uma formação contra-hegemônica, ou seja, de formular e executar um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora, o que exige a formação integral dos trabalhadores do campo, para promover simultaneamente a transformação do mundo e a autotransformação humana.

O projeto de educação da classe trabalhadora deve ser baseado na construção de uma prática educativa em fortalecer os sujeitos do campo para as lutas principais da formação histórica dos movimentos de resistência contra a expansão do capitalismo no seu espaço territorial. Esta luta resultou no reconhecimento dos marcos legais pelas “Diretrizes Operacionais para Educação Básica das escolas do campo”, de abril de 2002 (Brasil, 2002) expedida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), assim sendo, está inserida na agenda político-jurídica, se concretiza como vitória e um avanço do campo indispensável para a construção do novo modelo de desenvolvimento.

Conforme o artigo 4º das “Diretrizes operacionais” estabelece que: “a construção dos projetos políticos-pedagógicos das escola do campo se constituirá num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho” (Brasil, 2002). Visto que esta é uma oportunidade dos movimentos sociais incorporarem seus projetos de apropriar-se das escola rurais, com o objetivo de transforma-las em escolas do campo. As diretrizes permitem a elaboração de:

Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (Idem, *ibid.*, p. 25)

É nesse cenário que percebemos a importância de uma gestão que preze pela participação e autonomia dos sujeitos da escola.

4.1. As características da Escola do Campo

O Parágrafo único do Art. 2º das Diretrizes Operacionais definem a identidade da Escola do Campo:

“pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país”.

Compete a escola do campo, construir sua proposta pedagógica, norteadas a partir dos princípios da educação do campo:

- A Educação e o conhecimento são direitos que devem ser garantidos a população do campo
- Que o acesso a educação pública gratuita e universal em todos os níveis e modalidades no e do campo;
- O reconhecimento das especificidades no modo de vida, cultura e organização social da população do campo;
- A construção da educação do campo, deve ser entendida a partir da diversidade dos sujeitos do campo: comunidades negras rurais, quilombolas, bóias frias, assalariados rurais, posseiros, meeiros, acampados, assentados, agricultores familiares, povos das florestas, indígenas, pescadores, ribeirinhos, entre outros;
- É direito da população do campo ter uma escola do campo, pedagógica e politicamente ligada à história, à cultura e as causas humanas e sociais dos povos do campo;

- A organização e o funcionamento da escola deve ser adequada aos tempos e ao modo de vida dos povos do campo;
- A escola do campo deve estar relacionada socialmente com a vida e luta do sujeito do campo;
- Reconhecimento e incorporação das práticas pedagógicas construídas a partir destes princípios, pelas organizações e movimentos sociais da população do campo;
- As políticas públicas, o projeto político pedagógico e os currículos deverão ser construídos através da participação das comunidades;
- A educação do campo está comprometida com um modelo de desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável;
- A educação do campo é um processo de formação humana construída em diversos espaços;

Com base nos princípios da educação do campo, a escola do campo adquire características específicas, fundamentada na cultura local e no modo de vida da comunidade, são essenciais na construção do Projeto Político Pedagógico da escola. As características da escola do campo estão previstas na legislação (Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional):

- Artigo 23 – A educação Básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
§ 1º - ...
§ 2º - O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.
- Artigo 24 – A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

A carta magna de 1988 no art. 208 e 210, integrada com a Lei nº 9.394/96 – LDB – estabelece que:

- Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.
- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
 - II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
 - III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Como podemos perceber há, na legislação brasileira, o reconhecimento da diversidade sociocultural, do direito à igualdade e à diferença no atendimento em relação aos sujeitos do campo. Possibilitando a escola elaborar em sua proposta pedagógica com calendário próprio que atenda às necessidades da comunidade, levando em consideração a época do plantio e da

colheita de safra para articular as férias, adequar os conteúdos e metodologias com a realidade e cultura dos seus alunos. Tendo em visto que os estudantes do campo trazem consigo valiosas experiências de vida. Valorizar o saber e a cultura do estudante e da comunidade no processo educativo escolar deve ser uma característica importante da Escola do Campo.

Nesse sentido, o conselho de classe da escola do campo deve se inserir numa perspectiva de gestão democrática, que consiste na participação par definir os caminhos da escola, a implementação das decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações. Ele se constitui em participação, autonomia, transparência e pluralidade. Esta participação acontece de forma direta em assembleias e reuniões, e indireta com os representantes dos vários seguimentos da escola no conselho. É concebido também como uma equipe de apoio e acompanhamento das práticas educativas e do processo ensino-aprendizagem, onde ouvem opiniões, dão e recebem sugestões, que geram decisões democráticas e coletivas.

O Conselho de Classe tem caráter político-pedagógico. Assume funções deliberativas, consultivas, acompanhamento e avaliação, fiscalizadoras e mobilizadoras. Entre elas a mais importante é a deliberação nas ações político-pedagógico e de mobilização da comunidade local e escolar. Cabe a escola estabelecer a responsabilidade, a composição, a função e o funcionamento dos conselhos, baseados na sua realidade. Tal qual acontece nas escolas urbanas, a composição desse conselho em deve ter a participação de todos os seguimentos da escola (alunos, professores, funcionários, pais e também da comunidade local), que atuam nas discussões, socializações e na construção de trabalhos coletivos da escola e da comunidade do campo. Desta maneira trás a escola, questões de organização de vida produtiva, cultural, religiosa e política do campo. É importante lembrar que há escolas do campo isoladas da comunidade, e não possuem diretoria e nem funcionários, o que faz pensar nessa formação de conselho de classe. Essas escolas são conhecidas como escolas uni docente, onde o professor acumula funções (professor, gestor e funcionário) por ser o único representante da unidade escolar. Ele deve ser representante do seguimento de professor, com o peso de voto correspondente a sua atividade principal que é de professor. A participação dos pais na escola, tem que ser percebida por eles, que a sua presença é importante para as tomadas de decisões que envolve os interesses para a coletividade escolar e comunitária.

Os representantes da comunidade na escola não se constituem apenas por terem filhos na escola, mas por representar os diversos seguimentos da comunidade e conscientemente compreender a proposta da escola, de forma a valorizar sua participação. Desta forma o conselho estará formado e poderá atuar normalmente nos assuntos da escola democraticamente.

A atuação dos alunos no conselho compete a idade mínima de 14 anos e nível escolar a partir do 5º ano do ensino fundamental.

O primeiro passo para a construção do Projeto Político Pedagógico é colocar em discussão as especificidades da escola do campo e a qualidade da educação desejada para a escola. Tendo em vista que essa “qualidade” pode ser entendida no sentido econômico (voltada para conteúdos técnicos) ou no sentido da importância social do conhecimento na escola (a favor de uma educação emancipadora, voltada como instrumento de transformação social). A partir dessa definição, o colegiado poderá propor ações para o desenvolvimento do processo educativo na educação, o eixo que conduzirá as questões relacionadas ao conselho e a escola, a organização escolar, e a forma de avaliar as práticas pedagógicas e sociais da educação do campo. Com relação ao exposto Arroyo lembra que:

A escola traz marcas das desigualdades sofridas pelos sujeitos que a ela têm direito. Não traz apenas as marcas das desigualdades de rendas, de condições, de Fundeb, de Fundef, nem sequer das distâncias e da dispersão da população. A escola do campo traz as marcas fundamentalmente dos sujeitos marcados pelas diferenças convertidas em desigualdades. Essa vergonha da desigualdade baseada nas diferenças sociais, raciais, étnicas, do campo acompanha toda nossa história da construção da escola do campo. Sabemos que a modernidade não alterou as desigualdades, mas aprofundou-as e está aprofundando-as (Arroyo, 2006, p. 53.).

Nessa perspectiva, a elaboração do currículo das escolas do campo deve “se alicerçar no reconhecimento e na afirmação da diversidade sociocultural, contribuindo com uma formação pautada na convivência das diferenças e na participação do conjunto de seus sujeitos, grupos e populações nos rumos de um projeto [...] de desenvolvimento territorial inclusivo, sustentável e solidário” (CORDEIRO et al, 2010, p. 60).

se ressentem de quase tudo, como infra-estrutura minimamente compatível com os requisitos para um bom ambiente de aprendizagem, formação insuficiente de professores, carência de oferta de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. O gargalo se amplia quando se fala em oferta de ensino médio e de ensino técnico. Nesse contexto, universidade é uma aspiração que parece quase utópica para as famílias pesquisadas (Goulart, Aranha, 2005).

Considerando as especificidades das escolas do campo, entende-se que elas, não tem uma organização uniforme, ou seja, elas estão organizadas em diversos tipos, de acordo com a sua localização. O trabalho do professor da escola do campo também é um fator importante na organização desse tipo de escola no que diz respeito a sua atuação e formação. Esta, tem-se detectado baixa qualificação dos docentes e conseqüentemente uma atuação limitada. Diante dessa realidade cabe ao poder público em todas as esferas oferecer aos docentes cursos de formação inicial e continuada, conforme as a modalidade de ensino, visando promover a formação da cidadania do campo.

A elaboração dos projetos curriculares e pedagógicos exigem um grande esforço do Conselho de Classe (professores, gestores e dos sujeitos do campo) ao promover diálogos com

a comunidade no sentido de articular as necessidades políticas e formativas ao currículo, de modo a colocá-lo em sintonia com os projetos de desenvolvimento da comunidade, de maneira que possa estimular os alunos participarem ativamente na transformação social relacionado o conhecimento adquirido em sala de aula, gerando novos saberes culturais, sociais e tecnológico para o desenvolvimento produtivo, cultural e ambiental de regiões específicas.

Por isso, Arroyo (2004, p. 74) ressalta que os profissionais da educação precisam entender os alunos “Como sujeitos de história, de lutas, como sujeitos de intervenção, como alguém que constrói, que está participando de um projeto social, por isso que a escola tem que levar em conta a história de cada educando e das lutas do campo”.

No currículo das escolas do campo os conhecimentos e os saberes estão relacionados com a experiência de vida dos alunos, deve estar empenhado no desenvolvimento das habilidades e competências culturais, sociais e produtivas do campo. Afirma Santos (2009, p.13-14) que:

[...] os conteúdos curriculares devem permitir que os alunos desenvolvam sua capacidade de argumentação, de questionamento, de crítica e sua capacidade de formular propostas de solução para problemas detectados. [...] é fundamental que o currículo trabalhe com habilidades que vão além do desenvolvimento cognitivo e envolvam diferentes campos da cultura, garantindo a presença de produções culturais dos mais diferentes grupos sociais e culturais, de tal modo que os estudantes sejam capazes de lidar com a diferença, valorizando e respeitando a cultura do outro, condição necessária para a vida em uma sociedade realmente democrática.

É importante lembrar que, as finalidades das metodologias, dos conteúdos, do próprio processo de aprendizagem dos alunos e os específicos do campo ou do próprio indivíduo, tem que ser levadas em consideração. O parecer CNE/CEB nº 05/97 formatiza,

As atividades escolares se realizam na tradicional sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno. Assim, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a Lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados. Os duzentos dias letivos e as oitocentas horas anuais englobarão todo esse conjunto.

Na escola do campo, a proposta do Ministério da educação sobre o material didático-pedagógico, deve ser compreendido como instrumento de debate e análise da gestão democrática da educação, tendo como foco o conselho de classe, garantido a participação das comunidades local e escolar para ofertar uma melhor qualidade social da educação. A seleção de conteúdos e metodologias devem estar relacionados a cultura local. Com relação ao material didático, os livros são vistos como um problema para a escola do campo, pois não estão contextualizados com a cultura e a vida do campo. A metodologia da alternância merece destaque na escola do campo. Logo ela,

consiste em processo educativo no qual o aluno não fica o tempo todo na escola. Ele passa um tempo na escola e outro com a família, incluindo estes no processo educativo. Nesta metodologia, a família ajuda a elaborar o processo de educação da escola. O aluno tem uma participação na sua comunidade desenvolvendo ações como a assistência técnica e extensão rural orientada pelos professores e monitores, além de ter um projeto de atuação na comunidade. Segundo explica o presidente da União Nacional das Escolas de Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab), Carlos Cristóvão Sosai, a metodologia da alternância é sustentada pelos eixos da vivência comunitária, familiar e escolar. ‘Os estudos são integrados com este tripé e têm que levar em conta estes esteios, ressalta Sosai.

As metodologias utilizadas devem ser pensadas em várias dimensões, promovendo aos alunos vivências em diversos contextos culturais, ambientais, econômicos e políticos. Percebe-se que uma forma de alcançar esse feito é através de projetos da comunidade. Nessa dimensão, o Conselho de Classe pode atuar no projeto político pedagógico, motivando e oportunizando o processo de alfabetização de crianças jovens e adultos, interligando o saber científico com a vivência dos alunos, contribuindo assim para a formação humana social dos povos do campo.

É importante lembrar que entre as diversas formas de organização da escola do campo, está a de classe multisseriada, que consiste em uma única sala de aula e um único professor para acomodar e receber alunos de séries e idades variadas. Arroyo defende que:

Superar a reação tão frequente contra as escolas multisseriadas. As escolas do campo não são multisseriadas. São multiidades. Que é diferente! Os educandos estão em múltiplas idades. Múltiplas temporalidades. Temporalidades éticas, cognitivas, culturais, identitárias. É com diversidade de temporalidades que trabalha a escola do campo. Não é com séries. (...) Classificar a escola do campo como multisseriadas leva a uma visão sempre negativa e a tendência dos professores a organizar a escola por séries, apesar de terem idades tão diferentes. Leva a recortar os conhecimentos: “agora trabalho o conteúdo da primeira série, agora com vocês o da segunda...”. Isso é um caos! A pergunta: vamos acertar com uma organização da escola do campo que não seja cópia da escola seriada da cidade que queremos já destruir? Eu sou um grande defensor que esta escola seriada seja desconstruída e que se organize a partir das temporalidades humanas (ARROYO, 2006, p. 113 e 114).

Nesta visão são inúmeras as dificuldades encontradas nas escolas de organização multisseriada, partindo da falta de estrutura física da escola até falta de professores com formação especializada para as escolas do campo. Sendo assim, há uma negação aos direitos dos estudantes dessa modalidade de ensino, ou seja, a falta de atenção do professor, de respeito ao tempo, ao ritmo e as experiências dos alunos. É responsabilidade do conselho de classe promover práticas pedagógicas e que estejam previstas no projeto político pedagógico, garantindo o aprendizado dos estudantes e considerando suas particularidades individual.

Antes de iniciar o processo de avaliação na escola do campo, o conselho de classe precisa levantar alguns questionamentos: para quê avaliar, o quê avaliar e como avaliar na Escola do Campo. A avaliação é uma prática essencial para coletar informações que resultará nas tomadas de decisões, deve ser contínua e reflexiva, porém ela não pode ser vista como um fim em si mesma. A mesma não pode ser punitiva nem classificatória, mas uma ferramenta para

auxiliar nas ações necessárias que contribuam com a prática educacional (o para quê). Outro ponto mencionado é “o quê avaliar”, deve estar contido no Projeto Político Pedagógico da escola do campo, com orientações para verificar se a avaliação deve ser em torno da avaliação em si ou do processo educativo, assim como as dimensões dos aspectos escolares a serem avaliados. A avaliação do aluno deve ser feita de forma contextualizada, valorizando a sua auto-estima, de modo a contribuir com a melhoria na educação e sua permanência na escola. A avaliação deve ser feita como um todo, observando as condições da escola para uma boa aprendizagem, o contexto social onde está inserida a escola, os meios como se constitui a gestão democrática da escola, a ação do professor no processo educativo e o desenvolvimento do aluno na escola. A avaliação deve ser feita coletivamente, ou seja, com a participação de todos que fazem parte do processo participativo, reforçando a gestão democrática é o “como avaliar”, este é um momento rico, porque revela a metodologia utilizada para avaliar e gera outras possibilidades de avaliação.

5. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Para o desenvolvimento do trabalho em questão, foi utilizada a pesquisa do tipo qualitativa e exploratória a ser realizada em uma escola do campo: Escola Municipal Professora Antônio do Socorro Silva Machado, localizada na rua Jacarandá nº 277, Sítio Paratibe João Pessoa – PB CEP: 58062-090. A mesma teve como ponto de partida a observação da estrutura física escolar e a análise Projeto Político Pedagógico, onde o foco foi o Conselho de Classe. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se questionários direcionados a Gestora, professores, especialistas da área, e a partir das respostas obtidas no questionário, coletar dados para que o estudo seja elaborado com êxito.

A pesquisa foi feita a partir do depoimento de cinco sujeitos: a gestora, a orientadora educacional e três docentes: professores: professor de Matemática, professor de física e professor de Geografia.

O questionário aplicado é comum tanto ao corpo técnico quanto aos professores. Primeiramente foi aplicado com a gestora e orientadora, que aceitaram responder sem nenhuma objeção. Já para fazer esse trabalho com os professores foi um pouco complicado, pois era período de provas na escola, os mesmos mostravam-se bastante ocupados com aplicação e correção de provas. Foram várias idas a escola, sem sucesso. Acredito que só consegui aplicar o questionário, porque a assistente social me acompanhou a cada sala de aula, e apenas três professores aceitaram responder as questões, fiquei esperando que terminassem. O acesso ao

PPP foi tranquilo, não houve resistência alguma, porém não consegui acessar o regimento interno, pois a vice diretora não o encontrava.

5.1. Caracterização da unidade escolar

A escola:

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado, localizada na rua Jacarandá nº 277, PB 008 Sítio Paratibe João Pessoa – PB. Região que vive uma transição entre o rural e o urbano. Foi construída no território quilombola atendendo a população em idade educacional. Atende também a comunidade do sítio Muçumagro, Praia do Sol, Praia Barra de Gramame, Nova Mangabeira, Parque do Sol e o Conjunto Sonho Meu. É considerada escola do campo, caracterizada como quilombola e trabalha a africanidade.

A Fundação Palmares – instituição governamental constituída em 2006, reconheceu a comunidade Paratibe em João Pessoa – PB, e concedeu o título de Reconhecimento de Remanescentes de Quilombolas.

A escola de ensino fundamental foi fundada em 1972, e recebeu o nome de sua fundadora, que lhe concedeu o terreno e as primeiras paredes no sítio Paratibe. O reconhecimento do INCRA em 2006, implica no início da demarcação do território quilombola da comunidade, e passa a dar identidade ao corpo social comunitário e consequentemente , à escola. Com isso iniciou-se a construção do projeto o “ser Quilombola”, embasado no primeiro momento quando a experiência toma o lugar, e a necessidade de um espaço escolar que reconheça e reafirme a identidade negra, que atenda a esses sujeitos sociais.

A escola atende às modalidades de Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II nos turnos da manhã e da tarde e Educação de Jovens e Adultos (EJA) com Ciclo Alfa, Ciclos I, II, III e IV à noite. Acolhe 986 alunos, sendo 30% declarados quilombolas, porém quando se fala em alunos negros esse número sobe para 80%, ou seja, a maioria de seus alunos.

5.2.A estrutura física e humana da instituição escolar

A escola é ampla, dispõe de água encanada e energia da rede pública, fossa e lixo destinado á coleta periódica, possui espaços em térreo e primeiro andar, gradeados; conta com

treze salas de aulas; um laboratório de informática; uma biblioteca bem abastecida de livros novos e usados (teóricos, didáticos, paradidático e sobre cultura africana e afro-brasileira); uma sala de direção; uma sala de professores; uma sala de especialistas; uma sala de atendimento educacional especializado; uma cantina (dois ambientes de cozinha limpa, mas pouco espaçosa e sem armários, fogão industrial, três freezers e pias em bom estado), ao lado um banheiro; um refeitório (com mesas e bancos coletivos, que comporta aproximadamente 80 crianças); dezessete banheiros (dois são adaptados para deficientes físicos, seis em más condições de uso para higiene dos alunos, dois mal aparelhados na quadra, um não utilizado no refeitório; uma secretaria; um ginásio poli esportivo; um jardim bem cuidado, um pátio amplo, com areia e descoberto; um almoxarifado com dois ambientes; uma área reservada para plantação de hortas (no momento era plantação de feijão); um depósito de materiais e um estacionamento que comporta poucos carros. Apesar da escola ter uma boa estrutura de alvenaria, salas, corredores e pátio amplos, ela apresenta alguns problemas nas instalações elétricas e equipamentos. Quanto aos equipamentos tecnológicos, a escola disponibiliza de computadores administrativos, computadores para os alunos, equipamento de som, impressora, equipamento de multimídia, Tv, videocassete, DVD, copiadora, retroprojeto, projetor multimídia (data Show).

A gestão está formada por Jandira Pontes Moraes de Sousa (diretora geral), uma adjuntora pela manhã, uma tarde e outro à noite; quarenta e oito professores distribuídos da seguinte maneira: quatro de Artes, três de ciências, seis de Educação física, dois de ensino religioso, dois de geografia, dois de história, um de inglês, três de matemática, um de meio ambiente, quatro de português, dezessete professores polivalentes, dois readaptados, um da sala de recursos multifuncionais; A equipe de especialistas composta por: um supervisora, um orientadora, um coordenador, um psicóloga e um assistente social; dois auxiliar de secretária, três auxiliar administrativo, dois agente educacional; três auxiliar de serviços gerais, um cuidadora da EJA, um inspetor de aluno, um supervisor de merenda, quatro merendeiras, um monitor de informática, quatro vigilantes, um coreografa da banda, um regente de banda, três cuidadores e dois professor comunitário.

5.3.O Projeto Político Pedagógico da Escola

A Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado possui um Projeto Político Pedagógico, que foi segundo a gestora atual, construído com base na gestão democrática, com a participação de representantes de cada seguimento que compõe a unidade escolar. Está estruturado de acordo com as normas exigidas. Este documento é atualizado de

acordo com a necessidade da escola e a cada dois anos é solicitado a prefeitura para atualização, sendo a última em 27 de maio de 2016. A missão da escola é “lutar contra a discriminação étnico racial, combater o preconceito e reafirmar uma identidade valorativa aos nossos alunos quilombolas será a nossa maior meta para este ano vindouro. O objetivo geral da escola é “Promover educação de qualidade através da valorização da igualdade, da diversidade e do compromisso com o desenvolvimento social sustentável da comunidade. Dentre as metas almejadas da escola, contidas no PPP estão: A ampliação os espaços de participação das famílias da comunidade, reivindicando sua crescente colaboração e responsabilidade; construir e estruturar um currículo quilombola; produzir material teórico e didático, fomentando a pesquisa e o crescimento intelectual da equipe; realizar formação continuada específica para a realidade afro-brasileira e quilombola, como forma de adequação à lei 10639/2003; promover práticas e ações que levem em consideração o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos pertencentes ao currículo oficial e específico quilombola, levando em consideração as especificidades e necessidades do corpo discente e da comunidades escolar. Percebe-se que a escola está empenhada na luta para a construção de um novo olhar para se fazer uma escola quilombola. Segundo as Orientações e Ações para a Educação da Relações Étnico-Raciais(2006),

Vivemos num país com grande diversidade racial e podemos observar que existem muitas lacunas nos conteúdos escolares, no que se refere as referências históricas, culturais, linguísticas e científicas que deem embasamento e explicações que possam favorecer não só a construção do conhecimento, mas também a elaboração de conceitos mais complexos e amplos, contribuindo para a formação e fortalecimento e positivação da auto-estima de nossas crianças e jovens. (Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais p.54).

A partir disto, o PPP da escola traça estratégias pedagógicas para viabiliza novas práticas no espaço escolar, dividindo os bimestres em quatro eixos norteadores (temática e território, história e memória; identidade, sujeito e circularidade; sustentabilidade, corpo e sociabilidade; e (des)caminhos da cultura e afirmação da negritude) realizados através de trabalhos dentro da sala de aula e socializados ao final de cada bimestre escolar. Através da construção de materiais didático-pedagógicos próprios para a própria comunidade quilombola de Paratibe envolvendo conteúdos do local, da relação de textos e contextos, discutindo em sala de aula, valorizando os aspectos sócio-culturais da comunidade. A escola trabalha alguns projetos como Alimentação saudável, gincana junina, Comunidade na escola(no sentido de combater a evasão e a repetência do aluno, com estratégias que promova a sua auto-estima e permanência escolar), o Mais Educação (oficinas de informática, dança afro, grafite, quadrinhos, reforço escolar além da banda escolar), e o principal projeto da escola “Projeto Quilombola” (a ser realizado em três dias, no mês da consciência negra, onde trará os trabalhos que foram desenvolvidos ao final de

cada bimestre a partir dos eixos temáticos, que fortalece a identidade, a memória e a economia do quilombo, com apresentação de vários convidados e uma série de atividades artísticas preparada pelos alunos com orientações dos professores (musicas, danças, peças, religiosidade, alimentação e exposição são o foco do evento).

6. A PESQUISA DE CAMPO

6.1. Apresentação e análise da pesquisa de campo

No processo de avaliação competente ao Conselho de Classe, encontram-se as diferenças, as trocas culturais, as dificuldades individuais do aluno e do processo de aprendizagem. Nesse sentido é importante a reflexão da concepção e a prática da avaliação que ocorre durante o processo de aprendizagem, onde o professor deve ser consciente da importância do seu trabalho para o estímulo, o desenvolvimento da autonomia, da capacidade e da formação do estudante.

Segundo a diretora geral, Jandira Pontes informa que a escola tem a LDB como objeto norteador para a sua concepção e práticas avaliativas. E afirma que este último é visto como uma prática permanente, fundamentada na práxis, ou seja, o ensino-aprendizagem escolar e está estruturado num processo cíclico de ação- reflexão-ação. Este feito se constitui em primeiro lugar a partir da relação do professor/aluno e conhecimento, e posteriormente com a participação de todos os representantes de todos os segmentos da escola. A gestora relata:

A avaliação do nosso Conselho de Classe, é feita continuamente, sempre ao final de cada bimestre, para que a dificuldade de aprendizagem do aluno seja detectada com antecedência, e ele possa ser acompanhado durante o decorrer do ano. Aqui até 2016, apenas alunos do 9º anos eram avaliados pelo conselho de classe, mas em reunião com o conselho, percebemos a necessidade de ampliar esta avaliação para os alunos do 5º ao 9º a partir deste ano (2017).

Foi perguntado a ela como os estudantes reagem durante e após serem avaliados pelo conselho de classe? Respondendo que eles não sabiam que estavam sendo avaliados, com a justificativa de que poderia desestimular e atrapalhar o rendimento do aluno futuramente.

A primeira questão foi: **Como está organizado o Conselho de Classe? Com que frequência se realizam as reuniões do Conselho de classe?**

Tanto o a gestora, orientadora educacional e professores responderam que as reuniões do conselho acontecem quando termina cada bimestre. Ao analisar essa resposta, percebe-se que há uma preocupação do conselho em acompanhar o desenvolvimento do aluno durante todo o ano letivo e não apenas para aprovar/reprovar o aluno.

Conforme Veiga (1995) e Cruz (2005) Conselho de Classe e Projeto Político Pedagógico devem andar juntos ou fazerem parte de um mesmo processo, um caminho que tem um objetivo comum a ser alcançado: o processo ensino-aprendizagem, bem como os procedimentos da organização escolar e ensino.

De modo a conhecer um pouco mais da estrutura do conselho de classe nessa instituição, levantou-se a questão: **Quem faz parte do conselho de classe?**

Todos falaram que o conselho de classe é formado por todos os professores, gestores, pais e equipe de especialistas ou técnica. Dentro dessa conjuntura é notório que a formação deste conselho é legítimo, pois tem a participação de representantes de todos os seguimentos da escola, o que caracteriza uma gestão democrática.

Segundo Libâneo (1985, p. 12), a democracia da escola pública deve ser entendida como “ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares”, para que tais oportunidades possam atender as necessidades dessas camadas.

Afim de aprofundar um pouco mais sobre a forma de avaliação é questionado: **Quais os critérios que são utilizados para que um aluno seja avaliado pelo Conselho de Classe?**

Na visão da gestora:

são avaliados os alunos que estão com baixo desempenho.

Aos olhos da orientadora:

o baixo rendimento e por motivo de reprovação várias vezes.

Na ótica dos docentes os critérios são mais específicos:

Professor de Matemática respondeu:

Rendimento, frequência, participação, comportamento do aluno.

Professor de Física comenta:

Na nossa escola o conselho de classe é utilizado para fazer apenas avaliações comportamental dos alunos e quantitativo ao final dos bimestres;

Professora de Geografia fala:

Dificuldade na aprendizagem, baixo rendimento ou por reprovação.

É visível que neste ponto há divergências com relação as concepções de um dos objetivos do Conselho de Classe que é a avaliação do aluno. Visto que é necessário e essencial que todos os membros do conselho, aproveitem as reuniões para esclarecer os objetivos e finalidades do conselho de classe, pois é desse processo que surgem novas práticas de ensino-aprendizagem. Uma prática avaliativa justa, que visa o futuro, não deve se prender em reunir informações, “mas acompanhar com atenção e seriedade todas as etapas vividas pelo estudante para ajustar, no decorrer do todo o processo, estratégias pedagógicas”, Hoffmann (2001, p. 20).

Outra questão abordada: **como você faz a avaliação do aluno que está “participando” do Conselho de Classe? E seus colegas?**

O gestor explica que:

Os alunos são avaliados principalmente no rendimento, mas também no comportamento, assiduidade, participação, relação aluno-professor, aluno-aluno.

A orientadora educacional esclarece:

Quem faz as avaliações são os professores, nós especialistas tem um papel de apenas orientar os professores e os alunos.

Professor de Matemática fala que:

A resposta é a mesma da questão anterior;

Professor de Física justifica:

Do conselho de classe não tem aluno participando, a participação deles são no Grêmio estudantil e no conselho deliberativo escolar.

Professora de Geografia:

A participação nas aulas, frequência, resultado nas atividades, participação nos eventos da escola e análise das notas.

É importante lembrar que no processo de avaliação, deve-se levar em consideração a realidade do aluno e suas especificidades econômicas, culturais e intelectuais do aluno, visando a melhor maneira de proporcionar aprendizagem do aluno.

Qual a sua opinião sobre a existência e atuação do Conselho de Classe?

Gestora:

Muito importante, principalmente porque os problemas são resolvidos assim que aparecem, visando primeiro as necessidades dos alunos conforme surjam.

A orientadora educacional:

É válida, porque existe casos e casos, é o direito do aluno que temos que pensar.

Professor de Matemática:

Não sou muito favorável, mas foi criado pela S.E.C.

Professor de Física:

É importante e relevante, parte integrante do processo educacional de uma escola que quer pensar grande.

Professora de Geografia:

É válida, pois o aluno é avaliado não apenas pelas notas, mas por toda as suas habilidades.

As respostas obtidas dessa questão, revela que todos esses profissionais não tomaram ciência de que o Conselho de Classe é um instrumento de poder, de transformação para o desenvolvimento do processo pedagógico escolar, mas também da própria comunidade. E o

mais preocupante é que esse pensamento está dentro de uma escola do campo, presos a uma visão do conselho de classe, em que se finda apenas na avaliação do aluno em si.

O que Sr./a leva em consideração ao avaliar o aluno no Conselho de Classe?

Gestora:

Primeiro a sua aprendizagem e desempenho.

Orientadora Educacional:

Bom comportamento, assíduo na aula, boa frequência.

Professor de Matemática:

O aluno é avaliado por todos os integrantes do conselho nas suas disciplinas.

Professor de Física:

A participação nas aulas, relação aluno-aluno, relação aluno-professor, assiduidade, criatividade.

Professora de Geografia:

O interesse do aluno em aprender.

Para você, o Conselho de Classe contribui para melhorar a aprendizagem do aluno?

Gestora:

Acredito que sim, pois sua família é chamada na escola para juntos encontrar uma solução.

Orientadora Educacional:

Acredito que sim, faz ele repensar para ser um bom aluno.

Professor Matemática:

Não

Professor Física:

Sim, quando realizado de forma participativa e democrática.

Professor de Geografia:

Sim, o aluno tem uma chance de mudar sua conduta.

Para Dalben (2006), um novo Conselho de Classe só é possível de ser efetivado quando os sujeitos que o integram apoderam-se, conscientemente, dele, colocando-o a serviço de seus propósitos, articulando-o com um Projeto Político Pedagógico comum. O Conselho de Classe, que se apossa verdadeiramente das suas finalidades, se torna ferramenta de transformação na aprendizagem do aluno e das práticas pedagógicas da escola como um todo.

Já aconteceu do aluno participar do Conselho de Classe mais de uma vez? O que o Sr./a pensa sobre isso?

Gestora:

Sim, aconteceu com certeza, como o conselho é bimestral, pode um aluno passar mais de um bimestre com baixo rendimento.

Orientadora Educacional:

Não, nunca tivemos alunos que participou mais de uma vez.

Professor de Matemática:

Na hora do conselho só participa os professores e equipe técnica

Professor de Física:

Geralmente são os mesmos alunos, deve haver um trabalho de apoio e integrados de todos os especialistas (psicólogo, assistente social, orientador educacional, gestor, etc).

Professora de Geografia:

Sim, acho que o aluno deve participar apenas uma vez. A avaliação no processo de aprendizagem deve ser permanente.

Segundo Sousa (1991, p.37), a avaliação diagnóstica visa à caracterização do aluno, por meio, de “interesses, necessidades, conhecimentos e ou habilidades, previstos pelos objetivos educacionais propostos, e à identificação de causas de dificuldades de aprendizagem”. A avaliação deve ser instrumento que valoriza os resultados obtidos, auxiliando o aluno no processo da autonomia. O aluno que apresenta algum tipo de dificuldade na aprendizagem deve estar sempre sendo acompanhado durante seu desenvolvimento.

Ao termino do ano, se possível você faria parte do conselho de Classe novamente?

Gestora:

Como vice-diretora faço ponte a todos os conselhos.

Orientadora Educacional:

Sim, pela função que ocupo.

Professor de Matemática:

O conselho é realizado no final do ano.

Professor de Física:

Sim, é importante e integrante ao processo de ensino aprendizagem.

Professor de Geografia:

Sim, pois todo professor deve participar.

Analisando as respostas para esta questão é que os professores veem o Conselho de Classe como uma simples avaliação do aluno, desconhecendo que ele deve ser visto como uma oportunidade de se auto avaliar e reavaliar suas práticas.

Para Garcia et al (1977), avaliar não é simplesmente dar notas ou calcular o índice de aprovação e evasão escolar, pois “o importante é medir os resultados do ato de ensinar naquele que aprende e naquilo que consideram importante ser aprendido, ou antes, memorizado.

O Sr./a tem orientações para sua participação no Conselho de Classe? Como foi?

Gestora:

A gestão escolar junto com os demais seguimentos, mediamos o processo ensino aprendizagem.

Orientadora Educacional:

Não. Apenas pesquisa.

Professor de Matemática:

Os professores são orientados pela equipe técnica.

Professor de Física:

Pedagogicamente foi orientado os critérios a serem utilizados, reuniões para fazer esses ajustes.

Professor de Geografia:

Não.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais. (LIBÂNEO, 2006, p. 328).

O Conselho de Classe deve ser participativo, ou seja, todos devem receber orientações no intuito de conhecer o funcionamento, as finalidades e os objetivos para atuar democraticamente visando a melhoria do ensino-aprendizagem.

Como é sua relação com o aluno em sala após ele passar pelo conselho de Classe?

Gestora:

Temos um olhar especial para esses alunos, juntamente com a família, e professores, para apoiar esses alunos.

Orientadora Educacional:

Apenas em observação durante o ano.

Professor de Matemática:

São as melhores possível, sentando e orientando ele para que não seja repetido.

Professor de Física:

Normal, o docente tem que estar preparado para entender e saber lidar com esses casos.

Professora de Geografia:

A mesma que tenho com os alunos que não estavam no conselho.

Com base no relato dos membros do conselho de classe desta escola, é que há uma falta de orientação deles, deste modo o Conselho de Classe perde forças, no que se refere como instrumento de transformação educacional. Num processo de desconfiguração da realidade escola do campo.

7. CONCLUSÃO

O Projeto Político Pedagógico da escola Quilombola Professora Antônia do Socorro Silva Machado, foi analisado de modo a identificar a sua constituição, os objetivos, as práticas pedagógicas adotadas, as ações para a melhoria da aprendizagem do aluno, os rumos pretendidos e as expectativas para a escola, com foco no Conselho de Classe. Com base nesses dados, verifica-se que a escola possui instâncias colegiadas como: Conselho de Escolar, Conselho de Classe e Grêmio Estudantil, e segundo a gestora, foram constituídos democraticamente. Durante o estudo teórico, entendemos que a gestão democrática é uma maneira de conduzir o fazer político, em que os objetivos, as ações, os atos, os compromissos e os princípios são decididos e assumidos coletivamente por todos os participantes do sistema educacional, determinados a criar um consistente processo de aprendizagem e autonomia. Porém, na observação dos dados do PPP da escola, revela que a gestão assume uma postura autoritária, limitando a atuação dos conselhos, descaracterizando a “gestão democrática” da instituição.

Conforme os estudos, o Conselho de Classe é um órgão colegiado, consultivo e deliberativo no que se refere a assuntos didático-pedagógicos, estabelecido no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar. Deve ser entendido como

instrumento de transformação educacional, gerador de ideias na questão didático-pedagógico, que possibilita a avaliação e promoção da aprendizagem dos alunos, mas também é capaz de provocar uma reflexão da própria prática do professor, possibilitando através de um novo olhar pedagógico, a construção de novas teorias e práticas pedagógicas. Isto, se for aplicado corretamente.

De acordo com o PPP da escola, a avaliação dos alunos é feita por bimestre, por meio de notas obtidas através de prova, trabalhos e atividades em sala de aula. A forma de avaliação adotada pelo Conselho de Classe da escola é a diagnóstica, em que caracteriza o aluno por meio de: interesse, necessidades, conhecimentos e habilidades, previstos pelos objetivos educacionais propostos, e a identificação das causas de dificuldades de aprendizagem do aluno. Tem uma visão limitada a avaliação do aluno em si, quando deveria ser vista de maneira ampla numa reflexão do processo ensino-aprendizagem aluno/professor e conhecimento, refletindo nas metodologias adotadas pela escola, gerando melhorias para o desenvolvimento da aprendizagem escolar.

Diante das falas dos profissionais que participam do Conselho de Classe, percebe-se que a figura do Conselho de Classe assume um papel de formalidade no âmbito da legalidade escolar exigida. Sua atuação na escola se configura apenas como uma mera prática de avaliação do aluno, objetivando a sua aprovação/reprovação. As contradições encontradas nas falas dos conselheiros, demonstra o despreparo da equipe que compõe o conselho de classe, no que se refere a falta de conhecimento das finalidades e objetivos que compete ao Conselho de Classe. Com esta postura o conselho de classe perde o poder de transformação da aprendizagem escolar e não contribui para a gestão democrática da escola.

A pesquisa despertou a curiosidade sobre a Educação Quilombola e sugiro como sugestão para trabalhos futuros “as especificidades da Educação Quilombola”.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica (org). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília, MDA, 2006.

ARROYO, Miguel G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel G.;

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**: conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC/SEB, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96.

BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do Campo**. Parecer CNE/ CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados: Comissão de Educação, Cultura e Desporto. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.).

Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, Roseli S. MOLINA, Mônica C. (Orgs.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis- RJ: Vozes, 2004.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe**: espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2005.

Constituição Federal 1988

CORDEIRO, Georgina Kalife et al. Educação do Campo e Desenvolvimento: reflexões referenciadas nos artigos do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna. (Org.) Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para Reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. *Conselhos de Classe e Avaliação. Perspectivas na gestão pedagógica da escola*. Campinas-SP, Papirus, 2004. *Trabalho escolar e conselho de classe*. 3ª ed. Campinas-SP, Papirus, 1995.

DALBEN, Â. I. de F.. **Conselho de classe e avaliação**: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papirus, 2006.

DALBEN, Â. I. de F... **Trabalho escolar e conselho de classe**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1995.

DALBEN, A.I.L.F. *Conselho de classe e avaliação*. Campinas: Papirus, 2004.

GARCIA, Edília Coelho et al. **Os Novos Caminhos da aprendizagem**: currículo, avaliação, testes e medidas, recuperação, conselho de classe. Rio de Janeiro, 1977.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012

GOULART, L., PACHECO, E., e ARANHA, I. Educação pode reduzir êxodo rural, 24 de maio de 2005, do site:
http://www.inep.gov.br/imprensa/entrevistas/educacao_pode_reduzir_exodo.htm - Acessado em 18/12/2005.

HAYDT, Regina Cazaux. Avaliação do processo ensino aprendizagem. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21ª edição. São Paulo: Loyola, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEC/SECAD - Educação do Campo, www.mec.gov.br/secad - Acessado em 20/11/2005.

MEC/SEB, Cadernos dos Conselhos Escolares, 9 volumes. Brasília: MEC, 2004.

MEC/SECAD - Educação do Campo, www.mec.gov.br/secad - Acessado em 14/05/2017.
 Carta Magna 1988

OLIVEIRA, M. **O papel do conselho de classe na escola pública**. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2199-6.pdf>. Acesso em:
 28/10/2015.

PARANÁ. **Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar**. Secretaria de Estado de Educação. Curitiba, 2008.

RISCAL, Sandra A. **Considerações sobre o conselho escolar e seu papel mediador e conciliador**. In: LUIZ, Maria C. Conselho escolar: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Conselho de Classe**: burocratização ou participação? Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

SAVIANI, Nereide. Saber Escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SANTOS, Lucíola. A construção do currículo: seleção do conhecimento escolar. Salto para o futuro. Currículo: conhecimento e cultura. Ano XIX, nº 1, Abr. 2009.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? como avaliar? critérios e instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina SEE-SC
http://extranet.sed.sc.gov.br/v3/index.php/documentos/doc_download/969-conselho-de-classe-participativo

SOUSA, Sandra Z.L. Revisando a teoria da avaliação da aprendizagem. In: SOUSA, Clariza P. de (Org.). **Avaliação do rendimento escolar**. São Paulo: Papirus, 1991.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).